

# Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 11, de 2019

**Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE)

**Iniciativa:**

## Ementa:

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1864/2019, que "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Edvanir Paiva - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF
2. José Robalinho Cavalcanti - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR
3. Carlos Eduardo Benito Jorge - Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL do Brasil
4. Jayme de Oliveira - Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
5. Magid Nauef Láuar - Presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais - ANAMAGES
6. Fernando Marcelo Mendes - Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE
7. Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto - Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP
8. Cinthia Paula de Lima - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária - ADPJ
9. Representante da Associação Juízes para a Democracia;
10. Ministro Alexandre de Moraes - STF

**Assunto:** -

**Data de Leitura:** -

## Tramitação encerrada

**Decisão:** -

**Último local:** -

**Destino:** -

**Último estado:** 24/04/2019 - TRAMITAÇÃO ENCERRADA

## TRAMITAÇÃO

**24/04/2019** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Situação:** TRAMITAÇÃO ENCERRADA

**Ação:** Na 11ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 11, de 2019-CCJ, de iniciativa do Senador Humberto Costa, e o Requerimento nº 12, de 2019-CCJ, de iniciativa do Senador Marcos do Val, para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir o PL 1864/2019.

**24/04/2019** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Ação:** Apresentado na Comissão nesta data às 12:35.

## Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 11, de 2019

## TRAMITAÇÃO

## DOCUMENTOS

## REQ 11/2019 - CCJ

**Data:** 24/04/2019

**Autor:** Senador Humberto Costa (PT/PE)

**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Descrição/Ementa:** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1864/2019, que "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Edvanir Paiva - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF
2. José Robalinho Cavalcanti - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR
3. Carlos Eduardo Benito Jorge - Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL do Brasil
4. Jayme de Oliveira - Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
5. Magid Nauef Láuar - Presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais - ANAMAGES
6. Fernando Marcelo Mendes - Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE
7. Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto - Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP
8. Cinthia Paula de Lima - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária - ADPJ
9. Representante da Associação Juizes para a Democracia;
10. Ministro Alexandre de Moraes - STF